



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XVIII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2007

Nº 1539



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

1º Vice-presidente: Dep. Fabion Gomes

2º Vice-presidente: Dep. Luana Ribeiro

1º Secretário: Dep. Iderval Silva

2º Secretário: Dep. José Geraldo

3º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

4º Secretário: Dep. Stalin Bucar

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Sandoval Cardoso (pres)**, César Halum (Vice) Eduardo do Dertins, Cacildo Vasconcelos, Amélio Cayres.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Valuar Barros, Eli Borges, Raimundo Palito, Fabion Gomes

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h30

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eli Borges (pres)**, Sandoval Cardoso (vice), Fábio Martins, Marcello Lelis, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Júnior Coimbra, Paulo Roberto, Valuar Barros, Raimundo Palito, Raimundo Moreira.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Amélio Cayres (pres)**, César Halum (vice), Manoel Queiroz, Eli Borges, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Angelo Agnolin, Solange Duailibe, Marcello Lelis, Fabion Gomes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Angelo Agnolin (pres)**, Fábio Martins (vice), Josi Nunes, Raimundo Moreira, Raimundo Palito.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Paulo Roberto, Júnior Coimbra, Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Josi Nunes (pres)**, Raimundo Palito (vice), Eduardo do Dertins, Júnior Coimbra, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Sandoval Cardoso, César Halum, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Luana Ribeiro.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Júnior Coimbra (pres)**, Dr. Zé Viana (vice), Solange Duailibe, Valuar Barros, Marcello Lelis.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, César Halum, Angelo Agnolin, Stalin Bucar, Raimundo Palito.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **César Halum (pres)**, Eli Borges (vice), Solange Duailibe, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Queiroz, Paulo Roberto, Josi Nunes, Raimundo Moreira, Amélio Cayres.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Stalin Bucar (pres)**, Valuar Barros (vice), Paulo Roberto, Manoel Queiroz, Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Júnior Coimbra, Eduardo do Dertins, Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Marcello Lelis (pres)**, Júnior Coimbra (vice), Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Stalin Bucar.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Josi Nunes, Solange Duailibe, Sandoval Cardoso, Luana Ribeiro, Amélio Cayres.

Comissão dos Direitos da Mulher

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Solange Duailibe (pres)**, Josi Nunes (vice), Angelo Agnolin, Luana Ribeiro, Dr. Zé Viana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Fábio Martins, Eduardo do Dertins, Valuar Barros, Raimundo Moreira, Marcello Lelis.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 28/2007

Palmas, 21 de maio de 2007.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação desse Egrégio Poder Legislativo, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 27/2007, que reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado do Tocantins.

A presente proposta objetiva adequar os benefícios de aposentadoria e pensão do RPPS do Estado ao contexto econômico atual, tendo como parâmetro o índice de reajuste concedido pela União aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social.

Como há algum tempo que não ocorrem os reajustes necessários, estes devem se fazer retroativamente, em alguns casos, a partir de 1º de agosto de 2006 e, em outros, a partir de 1º abril de 2007.

Vale ressaltar, entretanto, que o reajuste não se aplica aos inativos e pensionistas cujos benefícios são pagos pelo Tesouro do Estado ou reajustados na mesma proporção e na mesma data que se modificam a remuneração daqueles em atividade, por terem a revisão de seus benefícios vinculada à dos subsídios dos ativos.

Atenciosamente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 27/2007

Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado do Tocantins.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS são assim reajustados:

I – em 5,01 %, a partir de 1º de agosto de 2006, e em 3,30%, a partir de 1º de abril de 2007, para aqueles concedidos até o mês de abril de 2005;

II – àqueles concedidos entre o período de maio de 2005 e março de 2006, são utilizados os percentuais constantes do Anexo I a esta Lei a partir de 1º de agosto de 2006, e, a partir de 1º de abril de 2007, vigora o de 3,30%;

III – para aqueles concedidos entre o período de abril de 2006 e março de 2007, são utilizados os percentuais constantes do Anexo II a esta Lei a partir de 1º de abril de 2007.

Art. 2º O aumento dado aos benefícios devido à elevação do salário mínimo é compensado quando da aplicação do disposto no artigo anterior.

Art. 3º O reajuste de que trata esta Lei não se aplica aos inativos e pensionistas que têm seus benefícios:

I – pagos pelo Tesouro do Estado;

II – reajustados na mesma proporção e na mesma data que se modificarem a remuneração daqueles em atividade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 21 dias do mês de maio de 2007; 186º da Independência, 119º da República e 19º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

ANEXO I AO PROJETO DE LEI Nº 27/2007

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE
até maio de 2005	5,010%
em junho de 2005	4,280%
em julho de 2005	4,395%
em agosto de 2005	4,364%
em setembro de 2005	4,364%
em outubro de 2005	4,208%
em novembro de 2005	3,607%
em dezembro de 2005	3,050%
em janeiro de 2006	2,640%
em fevereiro de 2006	2,251%
em março de 2006	2,017%

ANEXO II AO PROJETO DE LEI Nº 27/2007

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
até abril de 2006	3,30
em maio de 2006	3,17
em junho de 2006	3,04
em julho de 2006	3,11
em agosto de 2006	3,00
em setembro de 2006	3,02
em outubro de 2006	2,85
em novembro de 2006	2,41
em dezembro de 2006	1,98
em janeiro de 2007	1,36
em fevereiro de 2007	0,86
em março de 2007	0,44

PROJETO DE LEI Nº 52/2007

Estabelece a notificação compulsória, para casos de violência contra mulheres, atendidas em serviços de saúde públicos ou privados.

A **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins, objeto de notificação compulsória, no âmbito Estadual, a violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos e privados.

§ 1º Para os efeitos desta lei, entende-se por violência contra mulheres qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher tanto no âmbito público como no privado.

§ 2º Entender-se-á que a violência contra mulheres inclui a agressão física, sexual ou psicológica que:

I – Tenha ocorrido dentro da família ou da unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio em que a mulher e que compreende, entre outras formas, o estupro, a violação, os maus-tratos e o abuso sexual.

II – Tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outras formas, a violação, o abuso sexual, a tortura, os maus-tratos, o tráfico de mulheres, a prostituição forçada, o seqüestro e o assédio sexual no lugar de trabalho ou em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou em qualquer outro lugar; e

III – Seja perpetrada ou tolerada pelos Municípios ou seus agentes, onde quer que ocorra.

§ 3º Para efeitos da definição serão observados também as convenções e os acordos internacionais assinados pelo Brasil que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra mulheres.

Art. 2º A notificação compulsória de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde públicos e privados será formalizada da seguinte forma:

I – o preenchimento ocorrerá na unidade de saúde onde a vítima for atendida;

II – a ficha de notificação será remetida à Autarquia Estadual de Saúde, onde os dados serão inscritos em livro próprio; e

III – as informações ali constantes serão encaminhadas aos órgãos de defesa de mulheres (Secretaria Estadual da Mulher, Secretarias Municipais da Mulher, Delegacias da Mulher) para as providências cabíveis.

Art. 3º A autoridade sanitária proporcionará as facilidades ao processo de notificação compulsória para o fiel cumprimento desta lei.

Art. 4º A notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta lei tem caráter sigiloso, obrigando a ele as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referida nesta lei somente poderá efetivar-se fora do âmbito dos serviços de saúde e dos órgãos de defesa de mulheres em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou de seu responsável.

Art. 5º As pessoas físicas e as entidades públicas ou privadas abrangidas ficam sujeitas às obrigações previstas nesta lei.

Art. 6º A inobservância das obrigações estabelecidas nesta lei constitui infração à legislação referente à saúde pública sem prejuízos das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Haverá a obrigatoriedade pela Autarquia Estadual de Saúde de capacitação dos servidores e/ou funcionários que prestam esse atendimento à população.

Art. 8º Caberá à Autarquia Estadual de Saúde baixar as demais normas visando à implantação e ao cumprimento das disposições desta lei bem como definir o modelo e confeccionar a ficha de notificação compulsória.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

JOSÉ GERALDO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Elas pedem menos violência e mais proteção, mas quem são elas? As estatísticas atuais de mulheres que sofrem agressões estão longe de revelar a real dimensão do problema. O quadro pode ser muito mais preocupante levando-se em conta que as ocorrências feitas nas delegacias da mulher a contagem corresponde a pouco mais de 10% dos crimes sexuais que ocorrem diariamente contra mulheres. As informações são escassas, o referido Projeto tem como propósito estabelecer a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas em serviços de saúde da rede pública ou privada. Ou seja, o médico, além de atender as pacientes, passaria a ter outra responsabilidade: a de informar à delegacia os casos diagnosticados por ele.

A quantidade de agressões contra mulheres formalizadas não representa a verdadeira realidade. Caso seja aprovada, a lei dará um impulso para que se desenvolva um banco de dados mais próximo da realidade. Sabendo a frequência e as características dos crimes contra mulheres, será possível realizar campanhas e políticas mais concretas de combate a este tipo de violência.

Depois de tornar obrigatória a notificação dos hospitais às delegacias, as vítimas passarão a fazer o registro da ocorrência espontaneamente e com mais frequência. No Rio, há nove locais especializados em receber essas denúncias: as Delegacias de Atendimento às Mulheres (DEAMS). Há unidades no Centro, na Gamboa, em Jacarepaguá, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Campo Grande, Niterói e Volta Redonda.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

José Geraldo
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 17 de maio de 2007

Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dezessete de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos e Fábio Martins. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior foi lido e despachado o seguinte expediente: ofício número 512/2007, oriundo da Secretaria do Esporte, informando a celebração de convênio firmado com a LIMPTINS – Serviços de Limpeza Ltda. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 50, de autoria

do Senhor Deputado César Halum; e foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 3.211 a 3.221. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 3.220, de autoria do Senhor Deputado César Halum. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 3.205, 2.260, 2.261, 2.394, 2.337, 2.408, 2.409, 2.474, 2.461, 2.557 a 2.569, 2.571 a 2.573, 2.577 e 2.578, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Nas Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 22 de maio de 2007

Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Manoel Queiroz, Primeiro-Secretário e Júnior Coimbra, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Logo após, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 28/2007, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 27, que “Reajusta os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos e Militares do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 50/2007, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu e dá outras providências”; ofício número 55/2007, oriundo da Agência de Trânsito, Transportes e Mobilidade – ATTM, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis; ofício número 54/2007, oriundo da Justiça Federal 1ª Instância, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofício número 762/2007, oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando a liberação de recursos financeiros referentes ao convênio firmado entre aquele Ministério e o Estado do Tocantins; ofício número 4.074/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, em resposta ao Requerimento de autoria dos Senhores Deputados da Bancada de Oposição nesta Casa; ofícios oriundos da Chefia de Gabinete do Governador, em resposta aos Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Eli Borges, José Geraldo, Josi Nunes e Stalin Bucar; ofício número 224/2007, oriundo da EMBRAPA, informando a celebração de convênio firmado entre aquela empresa e a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; telegramas

oriundos do Ministério da Saúde, informando a liberação de recursos financeiros para o Fundo Estadual de Saúde e o Hospital Padre Luso; ofício número 3.575/2007, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, em resposta ao Requerimento de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofício número 4.136/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo ao convênio firmado entre aquela Secretaria e a Prefeitura de Palmas; ofício número 4.133/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de convênio firmado entre aquela Secretaria e o Hospital e Maternidade Dom Orione – HMDO; ofício número 4.132/2007, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo ao Convênio firmado entre aquela Secretaria e a entidade Sociedade Beneficente Nossa Senhora do Carmo de Pium; e ofício número 133/2007, oriundo do Tribunal Regional Eleitoral, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cacildo Vasconcelos. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 51 e 52, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo; e foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 3.222 a 3.255. Ainda na Apresentação de Matéria assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Geraldo. Logo após, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão, pelo prazo de até dez minutos, para Reunião de Bancadas, reabrindo-a às dez horas e vinte e dois minutos. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Raimundo Moreira, Marcello Lelis, César Halum, Júnior Coimbra e Paulo Roberto. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Fabion Gomes. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 3.220, 2.579 a 2.583, 3.007 a 3.010, 3.063, 3.064, 3.019, 3.062, 3.037, 3.060, 3.011, 3.012, 3.086 a 3.088, 1.992, 2.402, 3.014 a 3.016, 3.079 a 3.084, 3.091 a 3.096, 3.017, 3.018, 3.098 a 3.105, 2.593 a 2.599, 3.000 a 3.005 e 3.114 a 3.143, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Na discussão do Requerimento número 3.037, usou a tribuna o Senhor Deputado Angelo Agnolin. Durante a Ordem do Dia, o Senhor Presidente solicitou que fizesse a verificação de quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Cacildo Vasconcelos, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Josi Nunes, Luana Ribeiro, Marcello Lelis, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso e Stalin Bucar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em, 8 de maio de 2007

Ata da Trigésima Sessão Extraordinária

Às doze horas e cinqüenta e oito minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-

ATA DA 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 8 de maio de 2007****Ata da Trigésima Terceira Sessão Extraordinária**

Às treze horas e vinte e um minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins e Josi Nunes. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 21, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Tocantins - COEMA/TO”, que deu origem ao Processo número 289/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 22, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal ao contribuinte com atividade econômica no comércio atacadista de medicamentos”, que deu origem ao Processo número 290/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****ATA DA 34ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 8 de maio de 2007****Ata da Trigésima Quarta Sessão Extraordinária**

Às treze horas e vinte e quatro minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior

Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins e Josi Nunes. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 7, de autoria da Mesa Diretora, que “Institui o Auxílio-Alimentação aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 313/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário****ATA DA 35ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****6ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa****em, 8 de maio de 2007****Ata da Trigésima Quinta Sessão Extraordinária**

Às treze horas e vinte e sete minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, Secretariado pelos Senhores Deputados: Iderval Silva, Primeiro-Secretário e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Angelo Agnolin, Cacildo Vasconcelos, César Halum, Dr. Zé Viana, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Geraldo, Júnior Coimbra, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Paulo Roberto, Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Stalin Bucar e Valuar Barros. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins e Josi Nunes. Após a leitura do Texto Bíblico, com a aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a leitura e deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 7, de autoria da Mesa Diretora, que “Institui o Auxílio-Alimentação aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 313/2007, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Mesa Diretora para promulgar. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário**Presidente****2º Secretário**

Atas das Comissões

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

6.^a Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

Ata da Primeira Reunião Ordinária

Às oito horas do dia quatorze de março de dois mil e sete, reuniu-se, ordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Angelo Agnolin, Fábio Martins, Paulo Roberto, Raimundo Palito, Raimundo Moreira e Júnior Coimbra. Deixou de comparecer a senhora Deputada Josi Nunes. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, momento em que foi lida a Ata de Instalação da referida comissão, a qual foi aprovada e assinada pelos senhores membros presentes. Em seguida, foi lido e despachado o seguinte expediente: ofício número 021/2006, oriundo da Câmara Municipal de Lizarda, comunicando a criação do Distrito de Alto Bonito do Tocantins. Logo após, passou-se à Distribuição de Matéria. O senhor Presidente nomeou o senhor Deputado Fábio Martins relator dos Processos números 77/2007, 108/2007, 132/2007 e 153/2007; o senhor Deputado Paulo Roberto foi nomeado relator dos Processos números 78/2007 e 114/2007; o senhor Deputado Raimundo Palito foi nomeado relator dos Processos números 80/2007 e 107/2007; o senhor Deputado Júnior Coimbra foi nomeado relator dos Processos números 109/2007, 110/2007 e 111/2007; o senhor Deputado Cacildo Vasconcelos foi nomeado relator do Processo número 112/2007; a senhora Deputada Josi Nunes foi nomeada relatora dos Processos números 141/2007 e 161/2007 e o senhor Deputado Raimundo Moreira foi nomeado relator do Processo número 147/2007. Não havendo Matéria a ser devolvida e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

6.^a Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

Ata da Segunda Reunião Ordinária

Às oito horas do dia onze de abril de dois mil e sete, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença do senhor Deputado Angelo Agnolin. Deixaram de comparecer os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Fábio Martins e Josi Nunes. O senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, por falta de quorum, deixou de abrir a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.^a Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

Ata da Sexta Reunião Extraordinária

Às doze horas e trinta e quatro minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello

Lelis, Dr. Zé Viana, Júnior Coimbra, Valuar Barros e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Júnior Coimbra, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros presentes. Em seguida, não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria. O senhor Deputado Dr. Zé Viana foi nomeado relator do Processo número 289/2007. Não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE

6.^a Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

Ata da Sétima Reunião Extraordinária

Às doze horas e quarenta e quatro minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniu-se extraordinariamente, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Marcello Lelis, Dr. Zé Viana, Júnior Coimbra, Valuar Barros e Solange Duailibe. O senhor Presidente, Deputado Júnior Coimbra, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que após anuência dos senhores membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Em seguida, não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matéria, passou-se Devolução de Matéria. O senhor Deputado Dr. Zé Viana devolveu o Processo número 289/2007. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer referente ao Processo acima mencionado e, em seguida, encaminhado ao Plenário. Logo após, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

6.^a Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

Ata da Décima Terceira Reunião Conjunta

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Angelo Agnolin, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, César Halum, Solange Duailibe, Paulo Roberto, Sandoval Cardoso e Marcello Lelis. Deixaram de comparecer os senhores Deputados: Eli Borges, Josi Nunes e Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que lida e aprovada foi subscrita pelos senhores membros presentes. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se a Distribuição de Matéria. O senhor Deputado Sandoval Cardoso foi nomeado relator do Processo número 287/2007; o senhor Deputado Dr. Zé Viana foi nomeado relator do Processo número 288/2007; o senhor Deputado César Halum foi nomeado relator do Processo número 289/2007 e o senhor Deputado Júnior

Coimbra foi nomeado relator do Processo numero 290/2007. Não havendo Devolução de Matéria e Ordem do Dia a ser deliberada, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTADA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

6.ª Legislatura – 1.ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Quarta Reunião Conjunta

Às doze horas e dezesseis minutos do dia oito de maio de dois mil e sete, reuniram-se, conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos senhores Deputados: Raimundo Moreira, Raimundo Palito, Angelo Agnolin, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Cacildo Vasconcelos, Dr. Zé Viana, César Halum, Solange Duailibe, Paulo Roberto, Sandoval Cardoso e Marcello Lelis. Deixaram de comparecer os senhores Deputados: Eli Borges, Josi Nunes e Luana Ribeiro. O Senhor Presidente, Deputado Angelo Agnolin, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que após anuência dos senhores membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente a ser lido e Distribuição de Matéria, passou-se a Devolução de Matérias. O senhor Deputado Sandoval Cardoso devolveu o Processo número 287/2007; o senhor Deputado Dr. Zé Viana devolveu o Processo número 288/2007; o senhor Deputado César Halum devolveu o Processo número 289/2007 e o senhor

Deputado Júnior Coimbra devolveu o Processo número 290/2007. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos relatores referentes aos Processos números: 287/2007, 288/2007 e 290/2007 e, em seguida, encaminhado ao Plenário. Logo após, lido e aprovado o parecer do Processo número 289/2007, o senhor Presidente o encaminhou à Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Em seguida, o senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada e publicada.

EXTRATO DE CONTRATO

Em cumprimento ao que preceitua o Art.61, Parágrafo único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte contrato:

CONTRATO Nº: 003/2007

PROCESSO Nº: 0266/2007

CONTRATANTE: **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**

CONTRATADA: **Max Tur Agência de Turismo Ltda.**

OBJETO: Fornecimento de passagens aéreas, terrestres e pacotes de viagens incluindo hospedagens.

VALOR TOTAL R\$: 80.000,00 (oitenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0103100682001, Elemento de Despesa 33.90.33, Fonte de Recursos 00.

VIGÊNCIA: de 14 de maio a 31 de dezembro de 2007.

DATA DA ASSINATURA: 14 de maio de 2007.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº 013, de 4 de maio de 2007.

SIGNATÁRIOS: Deputado Carlos Henrique Gaguim – Presidente
Marilene Rodrigues Neres - Representante

Deputado **Carlos Henrique Gaguim**
Presidente

Marilene Rodrigues Neres
Representante

DEPUTADOS DA 6ª LEGISLATURA

Amélio Cayres – PR
Angelo Agnolin – DEM
Cacildo Vasconcelos - PP
Carlos Henrique Gaguim – PMDB
César Halum – DEM
Dr. Zé Viana - PSC
Eduardo do Dertins – PPS
Eli Borges – PMDB
Fábio Martins – PDT
Fabion Gomes – PR
Iderval Silva – PMDB
José Geraldo – PTB

Josi Nunes – PMDB
Júnior Coimbra – PMDB
Luana Ribeiro – PR
Manoel Queiroz - PT
Marcello Lelis - PV
Paulo Roberto - DEM
Raimundo Moreira – PSDB
Raimundo Palito – PP
Sandoval Cardoso - PMDB
Solange Duailibe – PT
Stalin Bucar - PSDB
Valuar Barros – DEM

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Paulo Roberto
1º Vice-Líder: Deputado Júnior Coimbra
2º Vice-Líder: Deputado Fábio Martins

BLOCO – PSDB/PP/PTB

Líder: Deputado Raimundo Moreira
Vice-Líder: Deputado Raimundo Palito

BLOCO – DEM

Líder: Deputado Angelo Agnolin
Vice-Líder: Deputado Félix Valuar Barros

BLOCO – PR/PSC/PV

Líder: Deputado Amélio Cayres
Vice-Líder: Deputado Marcello Lelis

BLOCO – PPS/PDT/PT

Líder: Deputada Solange Duailibe
Vice-Líder: Deputado Eduardo do Dertins

BLOCO – PMDB

Líder: Deputado Eli Borges
Vice-Líder: Deputada Josi Nunes

DOE SANGUE!



VOCE PODE

SALVAR VIDAS!

PROCURE O **HEMOTO** DIRETORIA DE SAÚDE
Hemorrede do Estado do Tocantins